

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores

Excelência

REQUERIMENTO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
À SESSÃO
Remeta-se ao Governo
24/8/07
O Presidente,

Assunto: **Acordo da Base das Lajes**

O PSD tem dedicado atenção especial aos assuntos relacionados com a Base das Lajes, em especial as questões laborais, na defesa intransigente dos interesses dos Açores e dos açorianos ligados àquela estrutura militar.

Aos mais variados níveis e com diversas abordagens – lembre-se, por exemplo, a iniciativa do PSD de criar uma Comissão Eventual na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para abordar os custos e benefícios do Acordo entre Portugal e os Estados Unidos – o PSD sempre tem encarado as questões ligadas à Base das Lajes como prioritárias da sua acção política e com a seriedade, o conhecimento e a elevação que se exigem.

Neste âmbito, perante a incapacidade revelada pelo Governo Regional na defesa dos trabalhadores portugueses e face a contraditórias e confusas declarações do representante do Governo Regional dos Açores na Comissão Bilateral de Acompanhamento do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, com apenas alguns dias de intervalo, o Grupo Parlamentar do PSD, mais uma vez, tomou uma posição no sentido de obter esclarecimentos sobre a situação e alertando para a necessidade de colocar a questão laboral na primeira linha dos interesses regionais e nacionais.

Porém, mais uma vez, revelando o deficiente sentido democrático que tem manifestado o Governo Regional respondeu ao referido requerimento de forma completamente desadequada, desrespeitadora e arrogante.

Não respondendo a grande parte das questões colocadas e apresentando como argumentos um conjunto de banalidades e generalidades, o Governo Regional dos Açores aproveita um assunto com a importância da



defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes para atacar a oposição.

Mais uma vez, o Governo Regional evidencia que não admite a existência democrática da oposição, que não aceita que questionem a sua acção ou as suas omissões, com isso desrespeitando claramente os verdadeiros e únicos destinatários da acção política – os cidadãos.

Com efeito, os trabalhadores da Base das Lajes não podem ser "*armas de arremesso político*" como não podem constituir "moeda de troca" de outros benefícios ou interesses.

O Governo Regional dos Açores, ao reduzir a intervenção política e os esclarecimentos solicitados por Deputados legitimamente eleitos pelo Povo a "*matéria de preenchimento de quotas de requerimentos parlamentares*" está exactamente a revelar o desrespeito que tem perante o Parlamento e pelos trabalhadores em causa.

Por outro lado, o PSD não se limitou a fundamentar o seu requerimento em notícias de jornal, mas na importância significativa que tal matéria encerra, no conhecimento e atenção que tem demonstrado sobre o assunto e em declarações do referido representante da Região na Comissão Bilateral não desmentidas.

De facto, e apenas para relembrar, o referido representante afirmara publicamente, antes da reunião daquele organismo, que a delegação portuguesa iria procurar "*convencer os Estados Unidos a libertarem os aumentos salariais na Base das Lajes da regra americana ("Appropriation Act") que impede aumentos superiores nos ordenados dos trabalhadores portugueses aos efectuados na função pública norte-americana.*"

Mais afirmava tal representante açoriano que "*a ideia (cuja argumentação se iniciou na última reunião da Bilateral) é conseguir para as Lajes um estatuto semelhante ao usado nas bases americanas na Turquia*".

Adiantava, ainda, de forma aparentemente audaciosa, que *"no caso turco, os aumentos salariais resultam de uma negociação e não estão limitados pelos aumentos anuais da função pública norte-americana. O que pretendemos é que o resultado do inquérito salarial na base das Lajes seja aplicado"*, assumindo que *"nesta reunião da Bilateral podem estar reunidas as condições para uma decisão nesse sentido"*.

De forma claramente contraditória e revelando as fragilidades da parte açoriana, passados poucos dias de tais declarações, o Gabinete de Apoio à Comunicação Social, da responsabilidade da Presidência do Governo Regional dos Açores limitou-se a afirmar que *"Os Açores consideram preocupante não ter sido possível chegar a uma solução jurídica de carácter permanente para o diferendo existente sobre a aplicação do inquérito salarial enquanto instrumento de apuramento dos aumentos anuais dos vencimentos dos trabalhadores civis ao serviço do Destacamento Norte-americano da Base das Lajes."*

De facto, é no mínimo estranho que o representante da Região no mencionado órgão, depois de anunciar que *"podiam estar reunidas as condições para uma decisão"* favorável aos trabalhadores, venha, poucos dias depois, assumir que, afinal, não haviam essas condições e que havia *"a necessidade das partes chegarem a um consenso político que reflecta o espírito e a letra do Acordo"*, considerando *"que o assunto deve ser classificado como de importância fundamental e que, mesmo entre reuniões da Comissão Bilateral Permanente, se deve proceder a todas as diligências necessárias para a sua resolução"*.

Por outro lado, o PSD assinalava, com perplexidade, a agenda da próxima reunião da Comissão Bilateral, que segundo o citado GACS, incidiria sobre *"a apreciação de um conjunto de propostas regionais nas áreas do Turismo e da Ciência e Tecnologia, entre outras"*, não fazendo qualquer referência à questão que uma semana antes era para ser resolvida e que



poucos dias depois era assumida como exigindo *“um consenso político”* e *“que o assunto deve ser classificado como de importância fundamental.”*

O PSD, legitimamente e como é seu dever, solicitou, assim, esclarecimentos ao executivo, manifestando preocupação com a situação dos trabalhadores e com a posição frágil e contraditória do Governo Regional, tanto mais grave quanto estamos perante uma matéria de grande sensibilidade política e de dimensão internacional.

Perante, tantos ziguezagues e contradições, e face ao problema que continua por resolver há vários anos, o Governo Regional assume, dessa forma, que, pelos vistos, até agora, tal questão não foi classificada de importância fundamental e que não se procederam a todas as diligências necessárias para essa resolução.

Revelador da debilidade da posição e dos argumentos do Governo Regional socialista é a culpabilização doentia de governos do PSD na negociação dos acordos vigentes, quando já houve a possibilidade de renegociar o Acordo com Governos regionais e nacionais socialistas sem que nada tivesse sido feito.

A contradição e a falta de argumentos do Governo Regional são tais que ficam as dúvidas sobre a opinião que tem sobre o Acordo. Ou é mau e não se percebe porque não promovem a respectiva alteração, ou é bom e, por isso, não devem culpabilizar o PSD!

É, assim, essencial, para a abordagem política que se deve fazer sobre esta matéria, saber, de uma vez por todas, para que não restem mais dúvidas, se o Governo Regional socialista defende ou não a renegociação dos Acordos relativos à utilização da Base das Lajes.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores voltam a solicitar e solicitam os seguintes esclarecimentos:

1- A que argumentos se referia o representante da Região na Comissão Bilateral quando aludia a "argumentação" que se teria iniciado "na última reunião da Bilateral"?

2- Que fundamentos levaram a que se tenha avançado que "nesta reunião da Bilateral podiam estar reunidas as condições para uma decisão" no sentido "de convencer os Estados Unidos a libertarem os aumentos salariais na Base das Lajes da regra americana ("Appropriation Act")?

3- Defende o Governo Regional a manutenção dos Acordos vigentes entre Portugal e os Estados Unidos para a utilização da Base das Lajes?

4- Defende o Governo Regional a renegociação dos Acordos entre Portugal e os Estados Unidos para a utilização da Base das Lajes? Em que termos? Se sim, porque não o fez até agora?

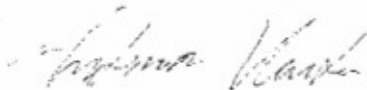
5- Os Deputados subscritores requerem, novamente, cópia de todos os documentos que levaram às declarações do representante da Região antes da reunião da Comissão Bilateral em causa e daqueles outros que consubstanciam o insucesso das negociações e os argumentos que fundamentam a situação actual.

Angra do Heroísmo, 22 de Agosto de 2007.

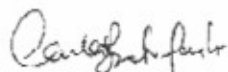
Os Deputados,



Clélio Meneses



António Ventura



Carla Bretão

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	2625 Proc. Nº 54.03.03
Data:	07/08/23 Nº 284/VIII